



Exma. Sra. Ministra da Educação,
Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional de Educação
Exmo. Sr. Presidente do Fórum para a Liberdade de Educação
Exmo. Sr. Vice-presidente da UGT
Exmo. Sr. [outros sindicatos]
Exmos. Srs. Directores-gerais e Directores Regionais de Educação
Distintos convidados
Caros colegas e educadores,
Minhas senhoras e meus senhores,

Bem-vindos ao Congresso do Ensino Particular e Cooperativo.

Em nome da organização do Congresso e da Associação de Estabelecimentos de Ensino Privado a que presido, é com elevada estima e consideração que saúdo a Sr^a Ministra da Educação, os ilustres convidados e todos os senhores congressistas.

Iniciamos dois dias de reflexão sobre os fundamentos de uma das actividades mais nobres que uma pessoa pode desempenhar na sua vida: Ser educador. Desempenhar a tarefa de educar.

Com reuniões, encontros e debates ao longo do país e agora com a realização deste Congresso, a Associação de Estabelecimentos de Ensino Privado pretende discutir aberta e profundamente duas condições necessárias para a promoção do ensino com qualidade em Portugal: - A autonomia educativa e liberdade de projecto.

Nas últimas décadas, Portugal respondeu ao grande desafio da escola para todos. Construiu edifícios, formou professores, apostou em dar a todas as crianças e jovens uma educação básica de 9 anos. Hoje, o desafio da quantidade está ganho.

Como país, vemo-nos agora confrontados com novos desafios novas metas.

I – Em primeiro lugar, a meta da qualidade. Garantir que esta escolaridade básica de 9 anos é uma escolaridade com qualidade. Construir escolas foi relativamente fácil. Formar professores também. Capacitar os novos públicos escolares com as competências necessárias para serem Homens e Mulheres realizados e felizes, construtores de um mundo melhor, já é tarefa mais difícil e de outra magnitude.

II – Em segundo lugar, a meta do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, até aos 18 anos de idade. Aqui já não valem as receitas do passado. Este aumento da escolaridade obrigatória já não se basta com a construção de mais escolas e a formação de mais professores. Desta vez, é essencial, desde o início, garantir que são 12 anos de plena qualidade



educativa, e de escolaridade desejada e com expectativas de realização pessoal e profissional.

Sabemos que a qualidade e excelência educativa se inicia na educação pré-escolar. Vemos com muito agrado e esperamos a consagração, a curto prazo, da universalidade e o início neste sector da justa e desejada gratuidade.

Sr^a Ministra

Minhas senhoras e meus senhores.

A AEEP é uma associação promotora da liberdade, dinamizadora de projectos, congregadora de vontades e mobilizadora de iniciativas. Somos parte integrante do sistema educativo e estamos plenamente empenhados na melhoria da educação em Portugal. Defendemos valores reconhecidos e queridos pela sociedade e assumimos com determinação as nossas funções na busca de mais e melhor pedagogia, mais e melhor educação.

Defendemos um sistema educativo plural, onde as diferentes entidades instituidoras acreditadas possam em liberdade, exercer o seu direito de ensinar segundo a sua visão , missão e valores em igualdade de oportunidades.



Defendemos o direito e a riqueza da diferença.

A autonomia científica, pedagógica e administrativa é indispensável na construção dos projectos educativos. A diversidade de projectos contribui para a melhoria da qualidade, para a inovação educativa e para a liberdade de opção dos alunos e seus encarregados de educação.

Não se trata de mera gestão flexível ou da possibilidade de apresentar planos próprios caso a escola pretenda afastar-se do currículo nacional. Trata-se sim, de definir aquele reduto mínimo essencial e nacional para além do qual cada escola é livre de concretizar o seu projecto educativo. Autonomia pedagógica e administrativa. Liberdade de organização e gestão. A quantidade de recursos afectos ao controlo das habilitações dos docentes, das condições de funcionamentos e organização dos estabelecimentos de ensino privado é injustificável.

Não terão os directores pedagógicos capacidade de decidir quem tem condições para leccionar nas suas escolas?

Não terão os directores capacidade para organizar e gerir as suas instituições?



As escolas são organizações responsáveis, lideradas por pessoas competentes onde trabalham profissionais de grande qualidade. Deixem-nos educar!

Sr^a Ministra.

Sabemos do seu empenhamento na melhoria do sistema educativo nacional.

Da Frontalidade com que tem encarado o processo de melhoria e qualidade nas escolas estatais.

Tenho bem presentes as suas palavras na cerimónia de abertura do ano lectivo numa escola privada: **“só há liberdade de escolha se houver uma similitude mínima nos níveis de qualidade das ofertas”**. Não estando de acordo quanto às condições necessárias para a instituição do direito de escolha de escola, estou de acordo quanto ao princípio.

E este acordo de princípios Senhora Ministra, é o que me permite pedir-lhe que, tendo especialmente em conta a grave situação financeira que o país atravessa, reforce substancialmente as dotações dos instrumentos de financiamento às famílias que optaram pelo ensino privado.



É urgente fazer justiça e tornar efectivamente gratuita a escolaridade obrigatória para todos os cidadãos portugueses, sem discriminação pela sua opção educativa.

É urgente tornar efectiva a gratuitidade para permitir a liberdade de opção educativa em Portugal.

Senhores Congressistas

Os debates que temos realizado e o congresso que agora iniciamos mostram o empenho do ensino particular, social e cooperativo na melhoria do sistema educativo português.

O ensino privado tem sido, e procura ser cada vez mais, um motor de inovação e de boas práticas.

A estabilidade das suas comunidades educativas, os seus projectos com Visão, Missão e Valores, as actividades curriculares não disciplinares e de complemento curricular, fortemente lideradas com autonomia curricular, pedagógica e administrativa, são matriz da dinâmica privada e contributo para o serviço público de qualidade.



Pretendemos continuar na vanguarda da inovação. E porque o futuro será de globalização e hiperinformação, o privado, social e cooperativo pretende adaptar os seus projectos aos desafios da sociedade. Adaptar os projectos educativos aos novos contextos sociais e melhora-los em função das crianças e jovens para que cresçam realizadas e felizes.

Obrigado